

DIÁLOGOS E CONFLITOS ENTRE AS ESCOLAS DE SAMBA DE SALVADOR E OS PODERES PÚBLICOS (1961-1987)

Giovane de Jesus
Ferreira

Graduado em bacharelado e licenciatura plena em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Recebido: 20/05/2022
Aprovado: 28/06/2022

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar as relações de diálogos, controles e tensões envolvendo as Escolas de Samba do carnaval de Salvador e os órgãos oficiais entre 1961 e 1987. As Escolas de Samba se inserem como uma das maiores manifestações da cultura popular negra de Salvador carregada de valores, símbolos, tradições e sentido histórico que em determinados momentos contestavam o poder público e os mecanismos adotados pelas instituições oficiais que organizavam e normatizavam a festa. Embora o aparecimento do trio elétrico e a falta de recursos financeiros sejam apontados como responsáveis diretos pelo fim das escolas de sambas soteropolitanas, é possível constatar que a construção de uma narrativa que desprestigiava os desfiles das escolas de samba como algo não genuinamente baiano e um produto cultural de fora que não atendia a dinâmica popular da festa revelavam grandes conflitos envolvendo interesses políticos e complexas relações de poder em torno da festa carnavalesca soteropolitana.

PALAVRAS-CHAVE

Escolas de samba; Poder público; Relações de poder.

Introdução

Brincar o carnaval fez parte da realidade da população de Salvador nas primeiras décadas do século XX. A festividade momesca vivenciada de maneira individual ou coletiva pelos foliões de diferentes classes, idades, etnias, profissões e bairros da capital baiana conferia a ideia de comunhão ou neutralização das regras sociais vigentes,¹ no entanto essa flexibilização não significa que as tensões sociais passavam despercebidas nesse período festa, pelo contrário, as formas de se brincar o carnaval e seus significados variavam de acordo com o extrato social dos indivíduos.

Esse trabalho, que de forma ainda tímida vem se juntar a outros já consagrados tem como objetivo preencher uma lacuna nos estudos historiográficos sobre o carnaval de Salvador no século XX, contribuindo para historiografia baiana do período em estudo, uma vez que pretendemos ampliar os debates em torno das Escolas de Samba, e dos mecanismos de controle adotados pelas instituições do poder público, as dinâmicas sociais que envolviam o surgimento dessas agremiações, o gerenciamento e o sistema de apadrinhamento utilizado por muitos políticos locais que enxergavam nas escolas de samba uma forma de abocanhar determinados redutos eleitorais.

Durante a fase inicial da coleta de fontes, principalmente dos periódicos que se encontram no Arquivo Histórico Municipal de Salvador percebemos a importância desses jornais para a compreensão da vida política, cultural e social de Salvador principalmente no que tange o nosso objeto de pesquisa que são as escolas de samba de Salvador e o poder público. As matérias sobre as escolas de samba, os regulamentos dos órgãos públicos que normatizavam a festa, as crônicas sobre o carnaval de Salvador e a cobertura do resultado e a festa das escolas campeãs nos permite compreender algumas questões referentes às dinâmicas entre as escolas e os órgãos controladores. Os principais jornais consultados que apresentam informações sobre o carnaval de Salvador e suas escolas de samba, até o presente momento foram: *A Tarde*, *Diário de Notícias*, *Jornal da Bahia*, *Correio da Bahia* e *Tribuna da Bahia*.

Os textos publicados nesses periódicos permitem diversas leituras sobre determinados processos históricos uma vez que, parafraseando Chartier, “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado”,² ou seja, toda produção literária é passível de diversas interpretações e conseqüentemente múltiplos desdobramentos sociais, políticos, econômicos e religiosos com as quais a história intelectual “além de apontar a importância da materialidade dos impressos e dos suportes [...] seja possível alcançar uma compreensão também das diferentes formas como um texto pode ser lido, apropriado e interpretado”.³

A partir dos anos setenta, o período de ouro das escolas dá lugar a “decadência”, “declínio”, “a morte das escolas” e a apresentações “ridículas” e “lamentáveis” segundo as crônicas da época.⁴

1 Roberto Augusto da Matta. *O Carnaval como um rito de passagem*. In: *Ensaio de antropologia estrutural*. Petrópolis, Vozes, 1973, p. 29.

2 Roger Chartier. *A ordem do livro. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p.11.

3 Pablo Magalhães. *O Tradutor Dos Abomináveis Princípios: José Pedro de Azevedo Sousa da Câmara e a circulação dos escritos de Voltaire em Portugal e no Brasil (1790-1834)*. 2016, p. 39.

4 Hidelgardes Vianna em sua crônica publicada no *A Tarde* segunda feira, 4 de fevereiro de 1980 não poupa críticas as pouquíssimas escolas que ainda tentavam se manter ativas: “Salvo as chamadas escolas de samba do primeiro

Embora o aparecimento do trio elétrico e a falta de dinheiro sejam apontados como os responsáveis diretos pelo fim das escolas de sambas soteropolitanas, abordaremos outros fatores que aparecem na documentação e que merecem ser levado em consideração: a construção de uma narrativa por parte do poder público que desprestigiava os desfiles como algo não genuinamente baiano, a descaracterização e extinção das Escolas de Samba de Salvador pautada no discurso de espetacularização das escolas que a afastava da realidade carnavalesca soteropolitana e os tensionamentos e diálogos provocados pelas as escolas de samba na tentativa de demonstrar merecimento por parte das autoridades frente à implementação de uma nova realidade para o carnaval baiano que atendia ao projeto urbano-industrial e capitalista em vigor no período.

As camadas populares criam nos espaços públicos – em especial na rua – as relações de poder, de tal forma que, as manifestações culturais praticadas por elas ressignificam a ordem hierárquica oficial da cidade, criando uma realidade ou uma alternativa de resistência. Para Certeau,⁵ os grupos que conseguem utilizar desses sistemas e legitimações dogmáticas, acabam redistribuindo o espaço e mecanismos de contestação do poder oficial criando “ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. Aí se manifestaria a opacidade da cultura popular”. Jogar ou desfazer o jogo do opressor, encontrando nesses espaços a oportunidade de utilizar e driblar as regras sociais impostas pelas autoridades foi o mecanismo adotado por diferentes grupos durante a formação de uma complexa rede de forças e discurso racional, civilizatório e higiênico na Salvador do século XX.

As escolas de samba que desfilavam no carnaval de Salvador eram compostas por pessoas sem alto poder aquisitivo, geralmente operários, profissionais liberais, vendedores, que ainda assim tomavam as ruas do centro no percurso oficial da festa ou nos bairros mais afastados demarcando seus espaços. As escolas de samba herdeira direta das tradições dos grupos das batucadas, da qual muitas delas se originaram e adotaram características próprias como organização em alas e a adoção de instrumentos como repique, tamborim, surdo, caixa e pandeiro tiveram uma breve duração, pouco mais de uma década, desfilando do Campo Grande à Praça da Sé.

Estas entidades carnavalescas estão inseridas dentro de uma perspectiva de representações e práticas sociais que vão conferir a noção de territorialidades um sentido muito mais subjetivo do que simplesmente espacial. Os indivíduos que participavam dessas escolas de sambas possuíam especificidades que demarcavam, apropriavam e ressignificavam a vivência territorial que a escola de samba estava inserida. De acordo com Castells esses indivíduos, grupos sociais e sociedades processam os elementos construtivos dessas identidades e reorganizam seus significados devido a tendências sociais e projetos culturais de acordo com sua estrutura social, tempo e espaço.⁶ Segundo

grupo e umas duas do segundo grupo (a divisão era feita pelo Turismo da Prefeitura) que tinham roupa para mostrar, o resto era uma lástima. Tais escolas precisavam de creolina, vassoura. Ou mesmo palmatória, para entrar nos eixos. Porque o ridículo da apresentação, incluindo os passistas, era simplesmente doloroso. Na época em que as escolas de samba pontificavam de verdade, em que havia Juventude do Garcia, Filhos do Tororó, Ritmistas do Samba, Unidos do Politeama e outras em grande estilo, escrevi a respeito das que deviam desaparecer ou tomar outro estilo de apresentação.”(In: Rafael Lima Silva Soares. *As escolas de samba da cidade do Salvador (1957-1985)*, Cachoeira, 2015, p. 137).

5 Michel de Certeau. *A invenção do cotidiano I: as artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.79.

6 Manuel Castells. *O poder da identidade*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Milton Moura quando se fala de território no Carnaval, deve-se ter cuidado para não associar esse conceito exclusivamente aos limites geográficos das regiões da cidade ou dos bairros que estão inseridos esses grupos, uma vez que a própria noção de território está em constante movimento e se modifica a partir dos laços de solidariedade dos indivíduos, dos conflitos e das representações simbólicas que sedimentavam essas relações.⁷

As escolas de samba estavam fincadas em áreas geográficas diversificadas em Salvador. Elas possuíam bases sociais estruturadas em torno da territorialidade e da familiaridade de seus componentes que se apropriavam do espaço geográfico e “que a partir das relações sociais produzem e podem fortalecer uma identificação que utiliza o território como referência”.⁸ Esse sentimento de pertencimento ao seu território era tão marcante que os nomes dessas agremiações faziam referências diretas aos bairros de origem “tanto que se chamavam Juventude do Garcia, Filhos do Tororó, Ritmos da Liberdade, Acadêmicos de Amaralina, etc”.⁹

Segundo Silva, “esses laços imaginários permitem “ligar” pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum sentimento de terem qualquer coisa em comum”.¹⁰ As territorialidades estão baseadas nas “ações estratégicas de demarcação, de prática do poder, controle e vivência territorial exercidas pelos sambistas”,¹¹ dessa forma “os pertencimentos de lugar e marcadores sociais de diferença como a etnia eram fatores fundamentais na constituição de sociabilidades em uma sociedade estratificada e desigual”.¹² Essa base de manutenção do grupo conectada de forma simbólica em torno do local onde moram, pelas cores da sua escola ou pelo samba fortaleciam os laços de solidariedade entre os indivíduos que compartilhavam dos mesmos ideais, soma-se a isso o espírito de competição que permeava as disputas entre os componentes e as escolas, que desejavam ser melhor que as outras escolas de outros bairros.

A competição entre os bairros levou a fundação de várias escolas de samba, dentre elas a Diplomatas de Amaralina como noticiado no jornal *A Tarde* em março de 1971 “há pouco mais de cinco anos atrás o bairro de Amaralina não desfilava no carnaval baiano. Alguns moradores, porém consideravam o seu bairro importante e resolveram fundar a escola de samba”.¹³ Durante as décadas de 50 à 70 outras entidades surgiram em Salvador, em diferentes bairros – sobretudo os mais afastados do centro da cidade onde ficava o percurso oficial do desfile, conforme notamos na tabela abaixo:

7 Milton Araújo Moura. *O oriente é aqui: o cortejo de referências fantásticas de outros mundos no Carnaval de Salvador*. In: *A larga barra da baía: essa província no contexto do mundo* [online]. Salvador: EDUFBA, p. 86-129, 2011.

8 A. Dozena, *As Territorialidades do Samba na Cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

9 , Milton Araújo Moura. *Um Mapa Político do Carnaval: Reflexão a partir do Caso de Salvador*. In: Milton Esteves Júnior; Urpi Montoya Uriarte (Orgs.). *Panoramas Urbanos: Reflexões sobre a Cidade*. Salvador: EDUFBA, p. 93-106, 2008.

10 Tomaz Tadeu da Silva. *A produção social da identidade e da diferença in identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 11 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p.85.

11 A. Dozena, *As Territorialidades do Samba na Cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

12 M. C. de Oliveira Junior. *Carnavalescos e as Escolas de Samba S/A: produção simbólica, indústria cultural e mediação*. CSONLINE (UFJF), 2018, p. 232-255.

13 Escola tricampeã já se prepara para o tetracampeonato em 72. *A Tarde*. 09 de mar. de 1971, p. 09.

Quadro 1 - Mapeamento das Escolas de Samba de Salvador e Localização – Período: 1950-1975.¹⁴

NOME / ESCOLA DE SAMBA	LOCALIZAÇÃO
Bafo da Onça	Liberdade
Clube da Inocência	Ladeira do Paço, Pelourinho
Deixe que Digam	Amaralina
Diplomatas de Amaralina	Nordeste de Amaralina
Escola de Samba do Politeama	Politeama
Escola de Samba Vale do Canela	Vale do Canela
Filhos da Liberdade	Liberdade
Filhos da Vila Ruy Barbosa	Vila Ruy Barbosa
Filhos do Luís Anselmo	Luis Anselmo
Filhos do Morro	Ladeira do Carmo, Santo Antônio
Filhos do Tororó	Tororó
Juventude da Boa Viagem	Boa viagem
Juventude da Cidade Nova	Cidade Nova
Juventude do Garcia	Garcia
Juventude do Tanque	Largo do Tanque
Juventude Endiabrada	Pau Miúdo
Mocidade em Mangueira	Rua Amorim, Itapagipe
Nordeste desce o Morro	Nordeste de Amaralina
Ritmistas do Samba	Ladeira da Preguiça
Ritmo da Liberdade	Liberdade
Sambistas do Morro	Rio Vermelho
SSP Cidade Nova	Cidade Nova
Turistas de Periperi	Periperi
E.S. Acadêmicos do Ritmo	Politeama

Essas agremiações estavam espalhadas em diferentes bairros, sendo as principais pertencentes ao bairro da Liberdade, Centro, Garcia, Tororó e Amaralina. Segundo Soares, o modelo de escolas de samba que já existia no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX vai ser admitida em manifestações de bairro como Tororó, Liberdade e Federação devido a forte influência das batucadas que já existiam nessas localidades.¹⁵

Essas agremiações eram conhecidas pela sua luxuosidade e as ricas fantasias que formava um espetáculo, embora se reconhecesse que elas nunca conseguiram competir com as escolas cariocas no quesito beleza das fantasias, alegorias e contingente. Em 1969, Hidelgardes Vianna escreve um artigo para o jornal *A Tarde* em que reconhece a força de vontade dos componentes das escolas de

14 Elizabeth C.; Loiola Fantinel; Paulo Miguez. *Memórias do Reinado de Momo: cordões, batucadas e escolas de samba no carnaval de Salvador*. 2015.

15 Rafael Lima Silva Soares. *O início da década de 1970 e as Escolas de Samba de Primeiro e Segundo grupo da capital baiana*. ANPUH-BA, Feira de Santana, 2016.

samba de Salvador, que mesmo sem condições financeiras faziam questão de apresentar um conjunto de fantasias faustoso.¹⁶ Nesse mesmo artigo Vianna afirma que as escolas de samba de Salvador nunca conseguiram emplacar um estilo próprio, sendo considerado por muitos como uma cópia das agremiações cariocas. É importante destacar que as escolas de samba de Salvador surgiram como resultado das transformações culturais e das variadas formas de se brincar do carnaval, influenciados por fatores externos, mas também pelas adaptações de elementos já presentes na realidade dos componentes das antigas batucadas.

Outro elemento apresentado como justificativa para o declínio das escolas de samba foram as dificuldades financeiras dessas agremiações agravadas pela falta de subvenção dos órgãos públicos e falta de um modelo de arrecadação de recursos próprios que garantissem a sua sobrevivência sem a tutela do Estado. Em 1971 o *Jornal da Bahia* divulgou uma pequena nota chamando atenção para a escola de samba Filhos do Tororó que tinham mandado construir um balcão com cobertura e instalado mesas para o público beber e se alimentar durante os ensaios da escola.¹⁷ Esse modelo de arrecadação embora evidenciasse uma tentativa de auto sobrevivência por parte da escola, não era suficiente para custear todas as despesas.

Todas as dificuldades já citadas compõem um quadro geral dos motivos geralmente apresentados que levaram as escolas de samba a enrolarem as bandeiras. No entanto, quando analisamos o processo que culminou no desaparecimento dessas escolas não podemos simplesmente apontar o surgimento do trio elétrico, a queda na qualidade das apresentações ou a falta de subvenção de verbas desconectados de um projeto maior de descaracterização das Escolas de Samba de Salvador que acabaram esvaziando o seu sentido e construindo uma narrativa pautada no discurso de espetacularização das escolas de samba que a afastava da realidade carnavalesca soteropolitana.

A construção de um discurso por parte das autoridades políticas, imprensa, intelectuais e membros das entidades carnavalescas, incluindo as escolas de samba, sobre o carnaval de Salvador e as mudanças na festa revela mais do que uma simples troca de informações ou opiniões, existia um projeto discursivo em curso que delimitava o espaço e a atuação dos sujeitos envolvidos.

Para Orlandi um discurso pode ser definido como “o efeito de sentidos entre locutores” dessa forma na Análise do Discurso a constituição dos sujeitos e a produção dos sentidos se dá através da identificação, argumentação, subjetivação e construção da realidade. As declarações publicadas nos veículos de imprensa entre os dirigentes das escolas de Samba de Salvador e os representantes do poder público revelava uma linguagem carregada de sentidos e de efeitos variados, tornando possível “tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana”.¹⁸

Analisaremos inicialmente as mudanças institucionais promovidas nos concursos de Carnaval

16 Escolas de Samba. *A Tarde*. 22 fev. de 1969, p. 4.

17 Filhos do Tororó e seus passistas. *Jornal da Bahia*. 27 jan. de 1971, p. 01.

18 Eni Puccinelli Orlandi. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo, Pontes, 6º edição, 2005, n.p.

de Salvador pelo poder público numa tentativa de normatizar e organizar a folia espontânea dos agentes sociais que constituíam a festa.

Em 1961 o Departamento de Turismo da Prefeitura normatizou o concurso para a categoria escolas de samba, baixando regulamentos relacionados a julgamentos, apresentação, obrigatoriedades, apuração e premiação. Em 1969 o Departamento de Turismo da Prefeitura já havia se transformado em Departamento de Diversões Públicas e Certames, vinculado à Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador (SUTURSA), órgão responsável pela organização e normatização dos concursos. O regulamento para o carnaval de Salvador de 1969 estabelecia que somente as escolas de samba filiadas à Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia que solicitaram inscrição junto a prefeitura participaria do concurso.

A escola de samba do grupo especial que fosse campeã três vezes seguidas estava impossibilitada de concorrer segundo o regulamento, ao campeonato do ano seguinte, desfilando “hour concurso fazendo jus a receber o dobro do valor concedido ao primeiro lugar na competição”. A Escola Diplomatas de Amaralina que tinha sido campeã em 1969, 1970 e 1971 ficou impossibilitada de concorrer ao título de 1972, no entanto segundo o patrono da escola João Amaral, família que dá o nome ao bairro, a escola não tinha recebido o valor da premiação dos três campeonatos conquistados, criticando a postura do órgão regulamentador, o presidente declarou que “a SUTURSA não divulga o valor dos referidos prêmios. Imagine que este ano aquele órgão nos forneceu Cr\$ 1.400,00, como ajuda. Este dinheiro não dá nem para vestir uma passista mais original”.¹⁹

A insatisfação do presidente da escola, consideradas umas das que tinham mais condições financeiras, expressa um sentimento compartilhado entre os demais dirigentes contrários a forma como o poder público geria o carnaval, para Orlandi “os dizeres não são (...) apenas mensagens a serem codificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz”.²⁰ O modo de dizer ou demonstrar sua insatisfação também poderia ser feito através de protestos silenciosos, mas que também possuía um sentido carregado por esses sujeitos.

Em 1965 todos os integrantes da escola Ritmistas do Samba silenciaram durante uma de suas apresentações como forma de protesto contra a colocação final da agremiação dada pela SUTURSA em pleno tablado de apresentação.²¹ O protesto é emblemático, pois além de demonstrar a insatisfação com o resultado oficial, causa um estranhamento ao conseguir subverter a lógica do imaginário do carnaval retratado como uma festa do riso, da música, da alegria descontrolada pelo silêncio e calma evidenciando assim um discurso não verbal carregado de ideologia que “constituem-se e funciona sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta e lugar do possível”.²²

19 Escola tricampeã já se prepara para o tetracampeonato em 72. *A Tarde*. 9 mar de 1971.

20 Eni Puccinelli Orlandi. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo, Pontes, 6º edição, 2005, n.p.

21 Ritmistas do Samba Protestaram com silencio contra julgadores. *Jornal da Bahia*. Salvador, 04 mar. de 1965, Cad. 1, p.02.

22 Eni Puccinelli Orlandi. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo, Pontes, 6º edição, 2005, n.p.

As escolas de samba, blocos, cordões e batucadas possuíam um trecho específico ao longo da Avenida Sete em direção ao Terreiro de Jesus. A delimitação do espaço público proposta pelas autoridades, figurava como uma forma de controle e ordenamento. A vigilância por parte das autoridades públicas sobre as entidades carnavalescas, incluindo as escolas de samba reforçava o projeto de enquadramento dessas agremiações dentro de um modelo de organização criado pelo poder público. As escolas de samba assim como os trios, cordões, blocos e afoxés também estavam sob a vigilância das autoridades públicas e possuíam dias e horários bem definidos para desfilar,²³ quem não cumpria com as determinações poderiam ser punido com a perda de pontos ou com a desclassificação, o que colocaria em risco a conquista do campeonato e a premiação, como ocorreu com o bloco de índio Apaches do Tororó em 1977 que foi desclassificado devido a violência e viu seu concorrente Comanches vencer na categoria.²⁴

Em 1979 os blocos Internacionais e Corujas, os dois maiores blocos do carnaval de Salvador, resolveram não participar do concurso organizado pela BAHIATURSA. O jornal *Diário de Notícias* de 02 de março de 1979 publicou um artigo com a opinião de um observador que acompanhava a divulgação do resultado do carnaval daquele ano. Na nota, o entrevistado que não foi identificado declarou que “faz-se necessário que a Bahiatursa tome providências no sentido de disciplinar mais a participação dos blocos no desfile talvez separando os blocos em dois grupos, como ocorre com as escolas de samba”.²⁵

A construção de uma narrativa que distanciava as escolas de samba de Salvador da dinâmica do carnaval local associando essas agremiações a um modelo externo de festa que não cabia aqui, transformando-as em elementos intrusos, ganhou força entre os setores da sociedade envolvidos diretamente com o carnaval. A imprensa baiana não poupava críticas às agremiações, seus desfiles e seus dirigentes. Em fevereiro de 1975 o jornal *Diário de Notícias* com o artigo intitulado “Escolas de Samba” afirmava que as agremiações baianas não tinham a mesma importância na festa local quanto às escolas do Rio de Janeiro, o artigo ressaltava ainda que “o povo baiano não assimilou as escolas de samba, resistindo a aceitá-las” visto que em Salvador o trio reinava absoluto.²⁶

A reportagem continua apontando que existia um antagonismo entre os foliões que queriam o espaço para se espalhar no maior carnaval de rua e as escolas de samba que também utilizava da avenida para desfilar. A disputa em torno do espaço físico acabava colocando o público e as escolas de samba em lados diferentes, pois “conflitam-se escolas de samba e foliões, achando estes que elas devem desfilar em trecho da avenida Sete menos movimentado ou mesmo na Avenida Centenário”. Afastar as escolas de samba do epicentro do carnaval, onde os olhos do mundo estavam voltados nos dias de festa, era mais uma tentativa de apagá-las do carnaval de Salvador e condená-las ao esquecimento. As escolas reagem evocando o seu direito de livre circulação, apesar de serem retratadas como inimigas da genuína festa baiana ou uma ameaça para a sobrevivência do carnaval de rua.

23 SUTURSA divulga programa oficial para o carnaval. *A Tarde*. 22 fev. de 1973, Cad. 02, p. 19.

24 Diplomatas foi a grande Campeã do Carnaval Baiano. *A Tarde*. 26 fev. 1977, Cad. 01, p. 03.

25 Saiu o resultado da Bahiatursa. Bloco Alerta Mocidade é campeão. *Diário de Notícias*. 02 mar. de 1979, Cad. 01, p. 03.

26 Escolas de Samba. *Diário de Notícias*. 09 a 12 fev. de 1975.

O artigo cita o caso das escolas de sambas cariocas que surgiram no final dos anos 20 e nas décadas seguintes passaram a ocupar ruas e avenidas da Praça Onze palco de grandes carnavais e posteriormente na imponente Avenida Presidente Vargas no centro do Rio de Janeiro, acarretando no fim do carnaval de rua carioca “desde que as escolas de samba se hipertrofiaram e foram acometidas de gigantismo. Não querem que ocorra o mesmo em Salvador”. Impedir o desenvolvimento de todas as formas das escolas de Salvador, evitando assim que elas crescessem era o que permeavam as ações voltadas contra as escolas que iam desde a recusa de liberação de subvenção até a construção de uma narrativa que favorecesse a extinção das escolas de samba baiana.

Os desfiles das escolas de samba de Salvador também era alvo de críticas. Segundo Hidalgardes Vianna quem saía em Escola de samba não brincava carnaval, apenas gozava “o prazer de ser visto, aplaudido, depois de um longo aprendizado em que disciplina dura é a constante principal.”²⁷ O elemento participativo vai ser um dos mais utilizados para justificar o projeto de eliminação das escolas de samba de Salvador. O jornal *Diário de Notícias* publicou o seguinte texto em 28 de fevereiro de 1974 sobre a passagem das escolas de samba:

Quando aponta uma escola na Avenida Sete, mesmo querendo cooperar, os foliões não vêm como. Os componentes das Escolas pedem por favor para que o povo se afaste e resta apenas para o desfile um corredor, que tanto pode ficar do lado direito como do lado esquerdo da rua. E eles passam direto sem fazer nada especial.²⁸

Animação e alegria não eram o suficiente para uma escola se deslocar de seu bairro e se apresentar no trajeto oficial dos desfiles, era preciso dinheiro. Em 07 de fevereiro de 1964 o jornal *A Tarde* informava que a Escola de Samba Juventude do Tanque (bairro do Largo do Tanque gastou aproximadamente Cr\$ 800 com as indumentárias,²⁹ a Escola de Samba Unidos do Vale do Canela em busca do bicampeonato do segundo grupo no carnaval de 1970 gastou mais de seis milhões de cruzeiros novos em fantasias, já em 1971 a tradicional Escola de Samba Filhos do Tororó apresentou o desfile “Canto de louvor a uma raça” com um custo estimado entre 80 e 100 mil cruzeiros, a situação não mudou pois em 1978 a escola recebeu de verba Cr\$ 39 mil, no entanto, uma única fantasia da escola custou Cr\$ 16 mil.³⁰

Para uma escola do porte da Diplomatas de Amaralina desfilar em 1975, era necessário cerca de 80 mil cruzeiros conforme revelou o presidente da agremiação Milton Santos que questionava: “como podemos desfilar com 800 figurantes – entre os quais 50 destaques – considerando que uma fantasia com 17 metros de pano, custa Cr\$65,00?” Indignado com o atraso da verba, que por sinal seria de apenas Cr\$20 mil, o presidente da escola declara que a prefeitura privilegiou outros segmentos do carnaval em detrimento das escolas de samba pois “o que nos entristece, diz ele, é vermos que a

27 Depois do carnaval. *A Tarde*. 22 jan. de 1969, Cad. 1, p. 09.

28 *Diário de Notícias*, 1974.

29 *A Tarde*. 7 fev. de 1964 In: Geraldo Lima. *O carnaval de Salvador e suas escolas de samba*. Salvador: Corrupio, 2017.

30 *A Tarde*. 08 fev. de 1978, Cad. 01, p.02.

Prefeitura dispendeu Cr\$ 700 mil com a decoração da cidade e Cr\$ 50 mil com cada trio elétrico”.³¹

Diante dessa situação uma das estratégias utilizadas pelos dirigentes das escolas era o de reafirmar a posição que as escolas de samba possuíam dentro do carnaval de Salvador. “Afinal, as Escolas de Samba também concorrem para o brilhantismo do Carnaval baiano”, dizia o sr. Milton Santos. A utilização desse discurso em que “o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputas pelos sentidos” se configura como uma prática de enfrentamento e resistência das escolas de samba diante da crise que essas agremiações estavam enfrentando.³²

Ao mesmo tempo em que tentavam passar uma imagem de unidade no que se refere a importância de suas agremiações dentro do carnaval baiano, as escolas de samba eram também atravessadas por disputas e tensões internas revelando uma complexa rede de demandas e interesses. Após denúncias de membros, acusando-o de entrar em um acordo com a SUTURSA para que a escola de samba Diplomatas de Amaralina perdesse o carnaval de 1973, o ex-presidente Domiense Pereira Amorim que estava no cargo desde 1970 em entrevista ao jornal *A Tarde* de 21 de fevereiro de 1973 conta como se originou a acusação, segundo o qual ele teria entrado em um acordo para que a escola que presidia perdesse o campeonato:

As acusações que fizeram contra mim foi a única maneira de justificar a derrota da escola junto aos associados. Ninguém esperava a derrota, pois os Diplomatas vinham de dois campeonatos seguidos e todos sabiam que tínhamos realmente a maior força do carnaval baiano.³³

As escolas possuíam suas próprias formas de distinções, hierarquização e institucionalização, cada uma delimitando o seu espaço de atuação e buscando inovar para surpreender o público, as concorrentes e a organização do evento. Para compreender as dinâmicas internas entre as escolas de samba, suas relações com outras instituições e principalmente o poder público, é necessário levar em consideração que esses agentes estavam envolvidos em uma rede complexa de negociações em que ambos os lados endureciam seus discursos, mas também sabiam ceder de acordo com os interesses a serem defendidos. Michel Foucault ao analisar as redes de relações de poder constatou que elas são mais do que propriedades que emana de uma instituição, para o autor elas estão relacionadas “a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas”.³⁴

Nesse sentido, para Damasceno “o Estado seria um caso limite, mas de forma alguma o único lugar para qual olharemos ao analisar práticas de poder”.³⁵ Considerando outras esferas da prática de

31 *Diário de Notícias*. 14 jan. de 1975, Cad. 02, p. 02.

32 Eni Puccinelli Orlandi. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo, Pontes, 6ª edição, 2005, n.p.

33 *A Tarde*, 1973, p.13

34 Michel Foucault. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 29.

35 Natália Abreu Damasceno. *Novas políticas culturais para o carnaval de Salvador e o declínio das Escolas de Samba*. In: Alisson Cruz Soledade; Natália Abreu Damasceno. *As vias múltiplas do político: itinerários para uma história política*. Florianópolis: UFSC, 2020, p. 17.

poder desses agentes políticos que envolviam os embates, as negociações, as regulamentações e as disputadas de recursos, percebemos que no Carnaval de Salvador existia uma relação difusa em que as relações de poder “não ocorreu nem “de cima para baixo”, como se o Estado fosse uma instituição monolítica, desprovida de tensões, nem de “baixo para cima”, como se os sambistas pudessem impor a sua agenda cultural ao Estado”.³⁶ Segundo Barros essas relações são atravessadas “pela noção de poder em todas as direções e sentidos, e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade”.³⁷

Rafael Soares cita a presença do vereador Herbert de Castro e a atuação desse agente público nas escolas de samba dos bairros do Garcia e do Tororó viabilizando ajuda financeira no momento de formação dessas agremiações.³⁸ Fortalecer os laços de familiaridade nos redutos eleitorais através do patrocínio de festas ou melhorias nas escolas de samba dos bairros era uma das estratégias utilizadas pelos políticos, mas é importante ressaltar que por outro lado, a presença de políticos e profissionais da imprensa no interior dessas agremiações foi utilizada pelos sambistas para criarem uma rede de sociabilidades que permitia a eles o acesso às autoridades municipais e estaduais.

Outra estratégia para se estabelecer os diálogos entre os representantes das agremiações carnavalescas e o poder público foi a criação de uma organização com personalidade jurídica que representasse legalmente as entidades junto aos órgãos da administração pública. A criação em 1959 da Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia (FCCB) conferia as escolas filiadas e demais entidades respaldo institucional no que se refere a solicitação de recursos financeiros e outras demandas.

Os impasses entre os órgãos municipais e as escolas de samba já vinham se arrastando há muito tempo e embora em alguns momentos ambos os lados cedessem, os desgastes nas relações entre ambos eram visíveis e se arrastava nas páginas dos jornais da época. O jornal *A Tarde* em 24 de fevereiro de 1973 publicou uma nota que dizia que em Salvador existia mais de vinte escolas de samba, no entanto esse número foi diminuindo a ponto da nota afirmar que as sete que restaram estavam condenadas ao desaparecimento em virtude da falta de apoio da SUTURSA, da Federação dos Clubes Carnavalescos e da própria população.³⁹ Abandonadas a própria sorte, logo as escolas começaram a sentir os efeitos da falta de recursos, de estrutura logística e do apoio da opinião pública. O jornal *A Tarde* de 27 de fevereiro de 1974 utilizou termos negativos para desqualificar as apresentações das escolas tais como decepcionante, pobre, desorganizado e fracassado.⁴⁰

Os textos publicados nos jornais a partir da década de 70 frequentemente traziam críticas sobre as apresentações das escolas e a incapacidade que estas agremiações tinham em permanecer dentro da dinâmica do carnaval da cidade. Embora não se tenham muitos trabalhos publicados que se dediquem a analisar como esses discursos foram produzidos e absorvidos pela sociedade soteropolitana, podemos destacar o artigo de Rafael Soares publicado em 2020 intitulado “*Novas políticas culturais*

36 Bruno Sanches Baronetti. *Da Oficialização ao Sambódromo: Um estudo sobre as escolas de samba de São Paulo (1968-1996)*, São Paulo, 2013, p.19.

37 José D’ Assunção Barros. *História Política: Dos Objetos Tradicionais ao Estudo dos Micropoderes, Do Discurso e do Imaginário*. Revista Escritas, v. 1, 11.

38 Rafael Lima Silva Soares. *As escolas de samba da cidade do Salvador (1957-1985)*. Cachoeira, 2015, p.25.

39 Carnaval Participação. O Fim das Escolas de Samba. *A Tarde*. 24 fev. de 1973. Cad. 03, p. 01.

40 Exibição das Escolas de Samba foi uma Decepção. *A Tarde*. 27 fev. de 1974, p. 03.

para o carnaval de Salvador e o declínio das Escolas de Samba” onde o autor busca compreender as intencionalidades dos discursos políticos dos envolvidos (agentes públicos, políticos, intelectuais, jornalistas, carnavalescos) diretamente na organização do Carnaval de Salvador e como essas falas ganhavam sentidos variados a partir de uma série de interesses que estavam em disputa.

Segundo Soares, Hildegardes Vianna em sua crônica *Batucadas e Escolas* publicada no jornal *A Tarde* em 1980 diz que “tais escolas precisavam de creolina, vassoura. Ou mesmo palmatória, para entrar nos eixos. Porque o ridículo da apresentação, incluindo os passistas, era simplesmente doloroso”.⁴¹ Ela continua seu longo texto dizendo que de escola de samba, as agremiações só tinham o nome e que ainda havia tempo “para rever os erros e enveredar por caminhos mais certos. Se querem fazer escolas de samba com cultura, vamos estudar”. O esvaziamento do sentido das escolas de samba e a descaracterização dessas instituições como portadoras de um projeto político e cultural foram frequentemente utilizados para desqualificar as escolas.

Em 1964 foi criada uma autarquia municipal que substituiu o Departamento Municipal de Certames e Turismo. Gumercindo Rocha Dórea era o diretor do órgão, enquanto que Antônio Tourinho ficou sob a responsabilidade da Divisão de Diversões Públicas e Certames, segundo Queiroz entre outras funções cabia a Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador (SUTURSA) a organização do Carnaval de Salvador, responsabilizando-se “pela ornamentação da cidade, auxílio às entidades carnavalescas e promoção dos concursos de trios elétricos, tendo recebido 30 milhões de cruzeiros em 1965 para essa finalidade”.⁴² Apesar de um início lento em virtude do limitado orçamento e falta de um corpo técnico preparado, o turismo local começava a ganhar engajamento e incentivo governamental. Em 22 de fevereiro de 1973 foi criada a Hotéis de Turismo do Estado S.A (Bahiatursa) com o objetivo inicial de recuperar e fortalecer o turismo estadual tendo como foco a ampliação de rede de hospedagens em prol do desenvolvimento turístico.

Ao mesmo tempo em que o poder público voltava sua atenção para o turismo, começava a surgir a necessidade de normatizar as manifestações culturais dentro do projeto turístico local. Segundo Foucault “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída [...] que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.⁴³ Em 1973 o poder público municipal através da SUTURSA declarou guerra contra as escolas de samba de Salvador. O diretor do órgão na época, Antônio Carlos Tourinho declarou que as escolas de samba de Salvador deveriam desaparecer. No jornal *A Tarde* de 20 de fevereiro de 1973 o diretor da SUTURSA acusa as escolas de samba de serem as responsáveis pelo fim das antigas batucadas. A fala do diretor da SUTURSA tenta criar um antagonismo entre as escolas e a opinião pública ao colocá-las no papel de inimigas do carnaval de rua de Salvador, segundo o diretor da SUTURSA:

41 Rafael Lima Silva Soares. *Novas políticas culturais para o carnaval de Salvador e o declínio das Escolas de Samba*. In: Alisson Cruz Soledade; Natália Abreu Damasceno. *As vias múltiplas do político: itinerários para uma história política*, Florianópolis: UFSC, 2020, p.148.

42 Lúcia Maria Aquino de Queiroz. *A Gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade do Salvador*. Barcelona, 2005, p.345.

43 Michel Foucault. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996, p.8.

[...] é por essa razão que sempre fui contra a colocação de cordões de isolamento para o desfile de escolas de samba, porque priva o povo de participar do carnaval, além de contribuir para criar outros problemas. Vejo a decadência das escolas de samba, que terminarão por sucumbir. [...] Não vejo razão para que, na distribuição das ajudas às entidades carnavalescas, se dê preferência às escolas de samba. Antigamente, Salvador chegou a contar com mais de duas dezenas de escolas de samba que desapareceram com o passar dos anos. Uma prova de que elas não funcionam é que muitos cariocas vêm a Salvador na época do carnaval para brincar nas ruas da cidade.⁴⁴

O modelo de carnaval que o poder público de Salvador tentava vender nacionalmente e para fora do país esbarrava nas escolas de samba. Deslegitimá-las foi o caminho encontrado pelo poder público em consonância com o caráter empresarial que se tentava impor a festa. Tourinho elege o carioca como exemplo de turista que viria a Salvador brincar o carnaval de rua. A escolha não foi por acaso, na tentativa de atacar o modelo das escolas de samba de Salvador ele utiliza o carnaval do Rio de Janeiro, onde segundo o diretor “eles estão acostumados a pagar para verem escolas desfilarem. São meros espectadores de um teatro. Aqui não, o povo participa e brinca mesmo”. Na visão do diretor, os turistas que buscavam o carnaval de Salvador vinham para experimentar outro modelo de carnaval, segundo ele um carnaval participativo, e não para serem telespectadores de desfiles inferiores com que eles estavam acostumados de verem em sua cidade de origem.

Para Rafael Soares a indústria do carnaval e a indústria do turismo desaprovava aquele modelo e “para Tourinho, mais que isso, o modelo das escolas de samba na perspectiva dele, era o exato oposto do que o carnaval baiano vinha oferecendo e teria exterminado as grandes batucadas”.⁴⁵ Para o diretor da SUTURSA Antônio Tourinho as únicas entidades responsáveis de fato pelo carnaval de Salvador eram os cordões, batucadas e os trios elétricos, segundo ele “não se pode conceber que os cordões e batucadas fiquem preteridas pelas escolas de samba”, essa declaração do diretor revela um sentido que poderia ter sido dito e não foi, mas que está presente no seu discurso. Segundo Orlandi ao fazermos a leitura de um discurso “estamos procurando ir além do que se diz, do que fica na superfície das evidências”,⁴⁶ dessa forma quando o diretor da SUTURSA indica que determinadas entidades vão receber as benesses do poder público em detrimento de outra, fica claro para os foliões e componentes das escolas de samba o indicativo de dificuldade de recebimento de verbas e infraestrutura para desfilarem pelas ruas do centro.

Muitos dirigentes se anteciparam e não esperaram o golpe final do poder público sobre as escolas de samba. Uma reportagem publicada no jornal *A Tarde* de 02 de fevereiro de 1972 exemplifica como as disputas em torno das relações de poder e estratégias se instauraram entre os grupos carnavalescos e o poder público. Com um título curioso “*Essa escola virou bloco porque a*

44 *A Tarde*, 1973, p. 03

45 Rafael Lima Silva Soares. *Novas políticas culturais para o carnaval de Salvador e o declínio das Escolas de Samba*. In: Alisson Cruz Soledade; Natália Abreu Damasceno. *As vias múltiplas do político: itinerários para uma história política*, Florianópolis: UFSC, 2020, p.142.

46 Eni Puccinelli Orlandi. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo, Pontes, 6º edição, 2005, n.p.

passaram para trás” a reportagem informa que a Escola de Samba do Vale do Canela não desfilaria no carnaval de 1972, em vez disso a comunidade colocaria na rua o Bloco Carnavalescos Comanches. O motivo da decisão de acabar com a escola e transformá-la em bloco foi explicado pelo vice-presidente Américo Cerqueira “Fomos vice-campeões uma vez e campeões duas vezes, como escola de samba do segundo grupo e até hoje não recebemos os prêmios prometidos pela SUTURSA”.⁴⁷

Em 28 de fevereiro de 1973 o jornal *A Tarde* por meio de sua editoria da página de carnaval conclamava a opinião pública para debater até que ponto era viável a extinção das escolas de samba. O texto começava com uma pergunta: As escolas de samba devem ser extintas em função do carnaval de rua ou adaptadas de modo a não o prejudicar e continuarem sobrevivendo? Embora afirmasse defender as escolas de samba, o editorial do jornal iniciava seu texto colocando as escolas de samba em uma posição de passividade frente à situação do carnaval, em ambas as situações levantadas pela pergunta, as escolas já estavam condenadas ou ao desaparecimento ou a dependência do modelo de carnaval de rua que caminhava para se tornar oficial. A mesa redonda contaria com o superintendente Herval Pedreira e o diretor Antônio Tourinho, ambos da SUTURSA, o presidente da Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia, presidentes de três escolas de sambas (Filhos do Tororó, Diplomatas de Amaralina e Juventude do Garcia) e representantes de blocos e clubes.

Destacam-se nessa mesa redonda os pontos de debate entre os convidados. A reportagem fala da possibilidade de remanejar os desfiles das escolas do centro para as avenidas mais distantes sob o pretexto de que o público assistiria a um espetáculo de melhor qualidade. Transferir as escolas do circuito oficial se configurava como mais uma tentativa de eliminá-las da festa popular que tinha as ruas do centro de Salvador como o epicentro do Carnaval.

Embora tenha sido considerado um exemplo a ser seguido, o modelo carioca das escolas de samba também dependia consideravelmente da atuação do poder público. As escolas de samba do Rio de Janeiro a partir da década de sessenta passa por transformações internas que vão deixá-las cada vez mais institucionalizadas, o que não aconteceu com as escolas de Salvador.

A tutela das escolas de samba por parte do poder público como exemplificado no caso carioca, não ocorreu com as escolas de samba de Salvador. O modelo de carnaval de rua não comportava, na visão do poder público e privado, as escolas. O jornal *A Tarde* ao promover uma mesa de debate sobre o futuro das escolas de samba de Salvador trouxe no seu editorial o seguinte trecho: “os dirigentes de blocos e clubes explicarão até que ponto o desfile das escolas prejudica o carnaval de rua e a SUTURSA colocará em questão também uma velha reivindicação dos dirigentes das escolas: a falta de apoio financeiro”.⁴⁸

Por mais otimista que terminassem a nota do dia 28 de fevereiro que dizia “dependendo das conclusões a que se chege [*sic*] hoje os órgãos oficiais de turismo poderão elaborar um plano de trabalho que venha a impedir o desaparecimento das escolas de samba, aproveitando o carnaval baiano em todo o seu potencial”, o fim das escolas já havia sido definido quatro dias antes e foi

47 Essa escola virou bloco porque a passaram para trás. *A Tarde*. 02 fev.1972.

48 Debate: até que ponto é viável a extinção das escolas de samba? *A Tarde*. 28 fev. de 1973. Cad. 02, p. 12.

publicado no próprio jornal *A Tarde* no dia 24 de fevereiro de 1973 que trouxe a seguinte nota “foi realizada extensa entrevista com os Srs Arquimedes Silva, Presidente da Federação dos Clubes Carnavalescos e Antônio Tourinho, Diretor de Turismo da SUTURSA, os quais já anteviam o fim das Escolas de Samba”. Aos poucos as tradicionais escolas de samba de Salvador vão enrolando as bandeiras e coube a Escola Bafo da Onça desfilar sozinha naquele ano de 1985 que marcaria o fim dos desfiles das escolas de samba, embora encontrássemos até 1987 representantes de escolas de samba vinculados à Federação dos Blocos Carnavalescos da Bahia.

No final do ano de 1975 a Federação dos Clubes da Bahia, sob a direção de Arquimedes Silva, possuía 146 entidades associadas ao seu quadro.⁴⁹ Naquele mesmo ano a Escola de Samba Filhos do Tororó, o clube Mercadores de Bagdá e o bloco Muquiranas foram desligados da Federação, no entanto, o número de solicitações de filiação aumentaram para mais de 28, indicando o crescimento do carnaval de rua de Salvador como já tinha ficado evidente no carnaval de 1975 quando 59 blocos, 19 cordões e os clubes carnavalescos, os afoxés e as escolas de samba dos dois grupos se apresentaram para os baianos e milhares de turistas que acompanharam os desfiles nas ruas de Salvador.⁵⁰

Apesar do aumento de arrecadação e da internacionalização da festa baiana, as escolas de samba ainda enfrentavam sérias dificuldades. A atuação da Federação para proteger e garantir a permanência dessas agremiações se deu de forma tímida, uma vez que as escolas representavam uma pequena parcela dos filiados. Em 1978 o presidente da Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia já sinalizava que o desaparecimento das escolas do carnaval de Salvador já poderia ocorrer a partir de 1978.⁵¹ Estava claro para a própria Federação que os blocos e trios elétricos eram os que mais geravam lucros e por isso eles vão aparecer nas pautas de debate quando a Federação for solicitar subvenções para as entidades.

As diretorias das entidades constituídas por laços de parentescos ou amizades possuíam destaque político e gerenciavam os recursos financeiros dessas instituições, “só para ter uma ideia, um bloco que venda 1,000 mortalhas a Cr\$ 1 milhão cada uma delas, registra em caixa Cr\$ 1 bilhão” revelava a reportagem do jornal *A Tarde* em 1986. A influência política-administrativa dos dirigentes dessas entidades, sobretudo da Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia era visto como uma séria ameaça à memória do carnaval, pois levava a entidade a uma desestruturação gerada por décadas de comando na mão de uma única pessoa ou grupo. Há mais de vinte anos no poder da Federação Carnavalesca, Arquimedes Silva era considerado “um velho político de bastidores” que tinha bastante influência nas entidades associadas a Federação, podendo como alertava o jornal *A Tarde* tentar concorrer à reeleição.

A Federação se constituía como um espaço de poder onde os interesses públicos e privados convergia e divergia, pois assumir um cargo de direção e organização do Carnaval representava a possibilidade de ascensão social e político na cidade. Em abril de 1986 as eleições previstas para a diretoria da Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia contavam com a candidatura de Otto Pipolo

49 Arquibancadas, uma ameaça ao carnaval da Rua Chile. *A Tarde*, 12 fev. 1975. Cad. 1, p. 3.

50 Cento e uma entidades farão o Carnaval de 1975. *Diário de Notícias*. 09 a 12 fev. de 1975. p. 07.

51 *A Tarde*. 08 fev. de 1978. Cad. 01, p. 02.

para quebrar com a hegemonia de Archimedes Silva à frente da entidade. A eleição de Otto Pipolo não marcou uma ruptura com as velhas estruturas que comandava o carnaval baiano. A sucessão no comando da Federação passou pelo então presidente Archimedes Silva e pelo prefeito de Salvador Mário Kertész, embora o próprio Otto revelasse não ser candidato nem do prefeito nem do presidente da Federação.

As pautas dos debates giravam em torno dos problemas enfrentados por essas entidades no Carnaval de Salvador e o poder público, como por exemplo, a disputa em torno do valor da arrecadação dos ingressos para as arquibancadas que deveriam ser revertidas para as entidades da Federação, os engarrafamentos nas ruas de Salvador em dias de carnaval devido o não cumprimento dos horários de desfiles e trajetos estabelecidos pela Federação e a Prefeitura, mudanças nas normas dos concursos e a escolha de jurados idôneos para julgar as entidades.

Com o título da manchete “*O carnaval vai aos palácios*” o jornal *Tribuna da Bahia* de 10 de fevereiro de 1987 revelava uma dinâmica de diálogos e conflitos entre as entidades carnavalescas e o poder público. O carnaval se deslocava da esfera da rua e adentrava em espaços restritos como as sedes do poder municipal e estadual. Em 1987 a Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia conseguiu do prefeito de Salvador Mário Kertész a exploração da venda dos ingressos das arquibancadas instaladas pela prefeitura no trajeto dos desfiles, quebrando com o monopólio de exploração dos valores dos ingressos que eram embolsados totalmente pela prefeitura municipal.⁵²

Os 700 ingressos diários da arquibancada do Carnaval para a comercialização da Federação cedidos pelo prefeito de Salvador Mário Kertész e o coordenador de Carnaval do município Wally Salomão parece não ter agradado todas os representantes das 120 entidades lideradas pelo presidente da Federação Otto Pipolo, pelo menos é o que dá a entender o título da matéria veiculada pelo jornal *A Tarde* em 10 de fevereiro de 1987 “*Clubes pedem dinheiro e conseguem ingresso*”,⁵³ o título da matéria confere um caráter de dependência e passividade das entidades carnavalescas em relação ao poder público municipal uma vez que elas estão ali para “pedir dinheiro” dependentes de uma ação assistencialista do poder público.

Os clubes solicitaram o valor de Cr\$ 300 para cada entidade em um documento “simples” como classificava a reportagem uma vez que dada a complexidade da solicitação e o alto custo envolvido esperava-se um documento mais embasado detalhando as demandas envolvidas. A contraproposta apresentada pela prefeitura foi recebida com temeridade pelo presidente da Federação Otto Pipolo que alegava que os valores dos ingressos não seriam suficientes para arcar com os custos das entidades. Na matéria do jornal, o presidente aparece reclamando a concessão dos direitos de publicidade das arquibancadas pelas prefeituras às entidades, solicitação que o prefeito prometeu estudar e atender caso os recursos com a comercialização dos ingressos não fossem suficientes.

O governo do estado também foi alvo das atenções dos representantes das entidades associadas à Federação em busca de verba pública. Em reunião com o chefe da Casa Civil do Governo do Estado

52 O carnaval vai aos palácios. *Tribuna da Bahia*. 10 fev. de 1987, p. 6.

53 Clubes pedem dinheiro e conseguem ingressos. *A Tarde*. 10 fev. de 1987. Cad. 01, p. 4.

Sérgio Carneiro, os representantes das entidades apresentaram um ofício com oitenta assinaturas que denunciava o sucateamento da Federação, a falta de patrocínio das empresas, as dificuldades das entidades pagarem a estrutura básica para desfilarem e até a compra de tecidos para confeccionar as fantasias foram dificultadas pela falta de desconto na compra e a recusa das cartas de crédito pelas lojas. Liderados por Otto Pipolo, as entidades solicitaram uma verba de ajuda de Cr\$ 300 mil para cada entidade, essa solicitação não foi prontamente atendida, pois segundo o jornal *Tribuna da Bahia* debaixo do título “Federação de Clubes pede verba ao governo” o chefe da casa civil não apresentou nenhuma resposta concreta à diretoria alegando que o governo do estado atravessava uma delicada situação financeira agravada pelo Plano Cruzado, mas informando que iria apresentar as reivindicações ao governador do Estado João Durval e à Secretaria da Fazenda.

O descontentamento era generalizado e as entidades ameaçaram não desfilarem se não tivessem suas reivindicações atendidas. Em 03 de fevereiro de 1987 o jornal *Tribuna da Bahia* noticiava uma greve das entidades carnavalescas caso o estado, a prefeitura e as empresas privadas não se sensibilizassem para ajudar as entidades financeiramente.⁵⁴ A ameaça de não haver carnaval naquele ano ou de se transferir a festa para depois da Semana Santa deixou os representantes das entidades, o poder público e os foliões alarmados.

Essa situação conflituosa entre as entidades, prefeitura e estado já se arrastava desde o carnaval de 1986 e ficou ainda mais evidente quando naquele ano a Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia liberou uma nota à imprensa atacando as comissões executivas de carnaval da prefeitura e do governo do estado, como informa o jornalista Tasso Franco em um texto publicado em 1986 pelo jornal *A Tarde*:

“Diante da postura insensível, deselegante e antidemocrática dos coordenadores e da Comissão Executiva da Prefeitura em não atender nenhuma das reivindicações das entidades carnavalescas, [...] as entidades não cumprirão o decreto municipal”.⁵⁵

O texto prossegue com o jornalista afirmando que as tensões envolvendo a Federação e o poder público também se aconteciam na esfera estadual quando o carnaval de Salvador era coordenado pela BAHIATURSA, órgão do governo do estado que era responsável pela organização da festa e a realização de concursos que “não confiava na Federação e fazia seu jogo”.

Na tentativa de garantir uma maior participação dos envolvidos e de conciliar os diferentes interesses existentes dos grupos na organização dos festejos do carnaval de Salvador de 1987, o chefe da Casa Civil da Prefeitura de Salvador Fernando Schmidt propôs a criação de uma comissão do carnaval com a participação de diferentes representantes da esfera do poder público e de pessoas diretamente ligadas com o carnaval. A Federação acusava nas páginas do Jornal *A Tarde* a prefeitura de Salvador e o governo do estado de arrecadar bilhões “às custas do som e da beleza das nossas entidades”.

54 Entidades fazem protesto hoje. *Tribuna da Bahia*. 03 fev. de 1987. Cad. 01.

55 *A Tarde*, 1986.

Sem contar com uma resposta concreta, as entidades já tinham aumentado o tom e ameaçaram sair em protesto para chamar a atenção dos órgãos públicos, veículos de imprensa, rede hoteleira e demais setores da sociedade envolvidos diretamente com o carnaval conforme noticiado pelo jornal *Tribuna da Bahia* em 03 de fevereiro de 1987. Nessa reportagem a Federação afirmava que “o Carnaval de Salvador é o único em as entidades, apesar de serem peças fundamentais da animação, pagam para desfilar e nada recebem”,⁵⁶ o discurso utilizado pelas entidades era de reforçar o papel estratégico que elas possuíam na festa, reafirmando que sempre caberia lugar para seu destacado reconhecimento devido a sua tradição e importância nos festejos e que por isso as suas reivindicações eram justificadas.

Nem sempre as relações entre as entidades representadas pela Federação e o poder público eram divergentes. Alguns meses antes do Carnaval de 1987 foi organizado em Salvador o primeiro congresso baiano sobre o carnaval. O evento marcado para os dias 29 e 31 de janeiro foi realizado no Cineteatro Nazaré e contou com a participação de entidades carnavalescas de Salvador e do interior do estado além das autoridades representando o poder público. A matéria publicada no jornal *A Tarde* de 29 de janeiro de 1987 informava aos leitores sobre o primeiro congresso de carnaval de Salvador que reuniria os carnavalescos para discutirem suas teses.

Para esse debate, foi convidado para participar da mesa o representante da RIOTUR, Hélio Alexandre que apresentou o modelo carioca de organização e descentralização do carnaval do Rio de Janeiro. A presença de um representante do carnaval carioca opinando na condução do carnaval baiano causou um estranhamento e um temor por parte de alguns setores envolvidos diretamente com a festa baiana. A volta de um modelo até então considerado superado dos anos 60 e 70 com um local definido para o desfile das entidades, a criação de um espaço para turistas assistirem a festa, regulamentos mais rígidos e a organização da festa nos moldes de um espetáculo teatral típico do modelo carioca só encontravam simpatizantes nos poucos representantes das escolas de samba.

O *Jornal da Bahia* questionava em suas páginas “Será que vão tentar enquadrar o Carnaval da Bahia em desfiles vários sem espaço para a massa se manifestar?”,⁵⁷ já o *Tribuna da Bahia* trazia no título da matéria “Carioca faz sugestões para o carnaval baiano” e descrevia na reportagem o coordenador do carnaval carioca como “militante de escola de samba”.⁵⁸

É importante destacar a atuação de Jamil Calheiros, assessor da presidência da Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia e coordenador geral do congresso. Revelando um complexo jogo de relação de poder e de estratégias de aproximação e distanciamentos com o poder público, a Federação vai tentar selar um acordo ou pelo menos estabelecer um canal de comunicação com a prefeitura.

Dessa forma, podemos concluir que existia um complexo espaço social de ações de cooperação e conflitos pautados a partir das relações de poder e interesses que eram negociados entre o poder público e as entidades como ficou claro alguns dias após a realização do primeiro congresso quando as entidades formaram uma comissão e foram solicitar do governo do estado recursos para suas

56 Federação faz protesto por Carnaval. *Tribuna da Bahia*. 03 fev. de 1987. p.1.

57 Polêmico carnaval. *Jornal da Bahia*. 27 jan. de 1987. p. 13.

58 Carioca faz sugestões para o carnaval baiano. *Tribuna da Bahia*. 31 jan. de 1987.

apresentações em virtude do indicativo de recusa da prefeitura em repassar as verbas para cada uma das agremiações.⁵⁹

A relação entre os órgãos públicos e as escolas não aconteciam de forma vertical, pois as relações de poder e as disputadas em torno dele atravessavam e eram atravessados por fatores variados e que se ressignificavam partir de uma série de interesses. Políticos, carnavalescos, jornalistas, funcionários públicos, intelectuais estavam envolvidos diretamente nessa rede de diálogos e enfrentamentos em torno da legitimação ou não de um modelo de carnaval baiano. A narrativa pautada no discurso de espetacularização das escolas de samba que a afastava da realidade carnavalesca soteropolitana foi ganhando força por meio de uma construção discursiva que fazia com que a opinião pública mudasse ou adequasse seus interesses a partir das possibilidades econômicas e culturais apresentadas.

As formulações discursivas adotadas pelo poder público e pelas escolas de samba de Salvador frequentemente publicadas nos jornais da época, sobre os desfiles, a organização da festa, a receptividade dos integrantes das escolas de samba e do público que as prestigiava através de expressões, gestos, sentimentos implícitos e explícitos, e principalmente as disputas em torno de apoio financeiro ofereceu a possibilidade interpretar e contextualizar essas ações dentro de uma dinâmica de negociações amistosas e de tensões entre os sujeitos.

A decrepitude das escolas de samba soteropolitanas não foi causada por um acontecimento isolado em determinado período de afirmação do carnaval de rua de Salvador. Esse declínio é fruto de um processo de esvaziamento dessas instituições de acordo com um novo modelo de carnaval que estava ganhando forma e reconfigurando as dinâmicas culturais e o carnaval baiano. Ter a opinião pública do lado desse projeto turístico e empresarial era uma das formas de legitimá-lo e ao mesmo tempo tornar as escolas de samba inaptas a esse novo modelo.

Reforçar o caráter participativo da festa foi uma das principais estratégias utilizadas tanto pela imprensa quanto pelos diretores e superintendentes dos órgãos de promoção do turismo local para afastar as escolas de samba do carnaval de rua. Vistas como intrusas na folia baiana e como uma imitação de pior qualidade do modelo carioca, as escolas vão sendo preteridas aos poucos pelos trios, blocos e afoxés que vão ganhando cada vez mais espaço e apoio do poder público. Diferente do carnaval carioca e o paulistano que foram institucionalizados, as escolas de samba não contavam com o apoio do poder público e embora existisse um processo de negociação entre órgãos públicos e escolas de sambas, esta última não conseguiu deter o processo de desmantelamento em vigência.

As Escolas de Samba de Salvador foi durante muito tempo uma manifestação cultural negra, compostas por homens e mulheres que “desciam o morro” e riscavam o chão das ruas do centro de Salvador, orgulhosos em poder defender as cores de sua comunidade e que souberam criar estratégias de aproximação e tensionamento para resistir ao processo de implementação de um modelo de carnaval que privilegiava a indústria do turismo.

59 Carnavalescos sem recursos. Tribuna da Bahia 04 fev. de 1987, p. 01.